

AS PRÁTICAS DA BIBLIOTECA PÚBLICA A PARTIR DAS SUAS QUATRO FUNÇÕES BÁSICAS

Guilhermina Melo Arruda, CRB-11/369*

RESUMO: Traça a trajetória histórica da Biblioteca Pública, abordando as funções que esta deve desenvolver, a fim de desempenhar, de forma qualitativa, as suas práticas.

Palavras-Chave: biblioteca pública - história; biblioteca pública - funções.

INTRODUÇÃO

Desde que o mundo é mundo, a humanidade sentiu a necessidade de desenvolver mecanismos para a transmissão da informação e, conseqüentemente, do conhecimento.

A partir disso, tem-se nos gestos a primeira forma de comunicação, haja vista que nesse momento os homens não sabiam falar, nem mesmo articular algum tipo de processo que facilitasse a vida em comunidade.

Posteriormente, a espécie humana começou a evoluir ao ponto de se diferenciar dos demais habitantes do planeta, sendo que tal diferença deu-se junto não só ao aspecto físico, mas também cultural, devido uma maior necessidade de comunicação entre os seres de sua espécie.

Em sendo assim, progressivamente, os homens começaram a fazer uso de objetos – pedras, varetas, cordas –, bem como de traços – desenhos, gravuras, riscos –, sendo que estes deram origem ao processo pictográfico – representação de maior ou menor interesse

* Formada pela Universidade do Amazonas, em 1998. Atualmente, desempenha a função de Professora Substituta junto ao Departamento de Biblioteconomia, estando concluindo o Curso de Mestrado em Natureza e Cultura na Amazônia, pela mesma Instituição. Endereço Eletrônico: guilherminaarruda@hotmail.com

ornamental e valor estético, de objetos e acontecimentos – e a escrita – representação de elementos lingüísticos.

Com o surgimento da escrita, entre os anos de 3.500 a 3000 a.C., esta passou a representar o processo de comunicação propriamente dita, cujo conteúdo, no passado, deu-se sob as formas de tabuletas de argila, papiro, pergaminho, papel e, recentemente, CD-ROM, disquete, e-mail, home-page, etc.

Inicialmente, os manuscritos eram obtidos através das artes dos copistas. Todavia, a grande explosão deu-se a partir dos meados do século XV, em Mongúncia, com a descoberta da imprensa por Johannes Gesnfliseh Zur Laden Zum Gutenberg – conhecido popularmente como Johannes Gutenberg (neste caso não se está considerando o processo já descoberto na China, por volta de oito séculos atrás) –, como destaca Alfredo Serrai (1975).

Consequentemente, os livros deixam de ser produzidos de forma individual, passando a serem obtidos por série, gerando com isso a democratização da informação e, também, um certo problema junto à organização dos documentos que se passaram a se propagar rapidamente, impossibilitando, assim, que os mesmos fossem localizados de forma mais rápida e precisa.

Nesse caso, a existência das bibliotecas torna-se algo extremamente relevante, pois além de contribuir para a organização e disseminação dos documentos, servirá como a memória coletiva das experiências existenciais, culturais e científicas, quer seja do indivíduo, quer seja do coletivo.

TRAJETO HISTÓRICO DA BIBLIOTECA PÚBLICA

No início, não se fazia distinção entre arquivo e biblioteca, haja vista que uma única instituição desempenhava ambas as funções. Entretanto,

à medida que os anos passavam, sentiu-se a necessidade de separar os dois segmentos.

A partir dessa separação, o arquivo passou a ficar responsável pela reunião e conservação dos documentos não elaborados, ou seja os que se voltavam para a realidade da época, enquanto que a biblioteca ficou responsável pelos documentos elaborados, isto é, os produtos intelectuais e espirituais das gerações diversas.

O que se faz interessante ressaltar, no que diz respeito à história da biblioteca que se disseram públicas, devido seus acervos terem sido franqueados ao público, liga-se ao fato de que as primeiras bibliotecas que surgiram, apresentaram um caráter, eminentemente, particular.

Afirma-se tal fato, devido essas bibliotecas terem sido criadas a partir da iniciativa de determinados grupos de pessoas que visavam reunir todo um acervo que atendesse às suas necessidades específicas.

Consequentemente, à proporção que houve a abertura do acervo ao público, evidente, que este não conseguiu encontrar subsídios para atender suas expectativas, pois os documentos que constituíam essas bibliotecas refletiam os interesses da minoria que as criaram e não do público em si, não se encontrando, portanto, disponíveis a todos os cidadãos, conforme pregava o discurso.

Porém, o que não se pode desconsiderar, liga-se à concepção de público aceita durante o período em que surgiram as primeiras bibliotecas, haja vista que na Antigüidade, a idéia de cidadão correspondia apenas aos homens livres, excluindo assim, as mulheres, crianças e escravos.

Com o período medieval, surgiram as bibliotecas dos mosteiros, cujo funcionamento seguiu o mesmo exemplo das bibliotecas existentes durante a época clássica, com uma única diferença: assumem claramente o papel de um organismo privado.

Durante a Antigüidade, a privatização do papel público encontrava-se de forma camuflada, pois defendiam o uso das bibliotecas por todos, mesmo sabendo que poucas eram as pessoas que dominavam a prática de leitura, enquanto que durante a Idade Média, além das obras ficarem restritas aos monges, as principais bibliotecas foram transformadas em verdadeiros labirintos, demonstrando a idéia de não querer serem vistas.

Isso faz presente junto não só à sua localização – em claustros, sacristias, perto de jardins e sempre com suas portas fechadas –, mas também nas regras de uso – não atendiam crianças, escravos, iletrados, bem como os que recebiam a permissão para entrar, só o faziam diante da presença de uma pessoa que havia sido recomendada.

Ao atingir a idade moderna, as bibliotecas sentiram a necessidade de não só modificar sua estrutura, mas também sua natureza, pois através da invenção da imprensa, os documentos deixam de ser produzidos sob o processo caligráfico – volume por volume – para ser produzido em série.

Consequentemente, o volume de documentos cresceu de forma vertiginosa, contribuindo para que se chegasse ao homem comum a oportunidade de obter uma formação intelectual, através das coleções de livro.

Paralelo a isso, pode-se dizer que o aumento junto aos volumes impressos forçou as bibliotecas a tentarem adaptar-se à essa nova realidade, haja vista que

“os sistemas medievais de conservação dos livros em armários, arcas, estantes de tampo inclinado, não são mais compatíveis com o número de livros impressos. [Mediante tal fato], adotam-se prateleiras encostadas ou embutidas nas paredes, e, com o passar do tempo à uma parte inferior acrescenta-se outra (a galeria) à qual se atinge por meio de rampas ou escadas” (Serrai, 1975:148).

É interessante salientar que, com as máquinas, embora tenha uma considerável explosão informacional, o acesso às fontes bibliográficas continuava representando um privilégio de poucos.

A solução veio através de dois acontecimentos: o primeiro liga-se à abertura das bibliotecas particulares ao uso público, em meados do século XV, por iniciativa de seus próprios proprietários, inicialmente, nas cidades de Munique, Genebra e Königsberg (Noruega).

No que diz respeito ao segundo acontecimento, destaca-se a atitude dos livreiros que, com o intuito de popularizar o uso das suas livrarias, resolveram criar as chamadas “Salas de Leitura” ou “Gabinetes de Leitura”, em 1761, dando a oportunidade ao público viajar pelo mundo dos sonhos, do prazer e, sobretudo, da cultura, em troca de uma pequena mensalidade.

Porém, a primeira biblioteca, historicamente falando, é resultante não só do processo obtido a partir da invenção da imprensa – que trouxe a profanação dos textos impressos –, mas também do desenvolvimento das indústrias onde gerou a Revolução Industrial – que utilizou a Revolução Liberal como suporte –, da Revolução Francesa e, também, do processo de urbanização entre os séculos XVIII e XIX.

Com a imprensa, observou-se que ***“de repente, pela primeira vez desde a invenção da escrita, era possível produzir material de leitura rapidamente e em grandes quantidades ...”***, conforme salienta Alberto Manguel (1999:159).

Cita-se a Revolução Industrial, pois a partir dela houve a necessidade de qualificar a mão-de-obra disponível, a fim de possibilitar o manuseio das máquinas, sendo que para isso, fazia-se necessário o domínio junto à prática de leitura.

Desta forma, durante essa Revolução, ser alfabetizado passou a ser uma exigência, pois através do preparo intelectual, os funcionários conseguiriam não só dominar e conservar as máquinas, mas também atingirem, naturalmente, a ascensão social, como relata José Teixeira Oliveira (1993).

À medida que a informação passou a representar um instrumento de trabalho, o livro deixou de ser algo sagrado, começando a ficar ao alcance de todos, uma vez que aumentado o número de pessoas alfabetizadas, as bibliotecas tornaram-se um lugar certo para freqüência e uso.

Quanto à Revolução Liberal, pode-se dizer que esta é vista como sendo uma das variáveis formadoras da biblioteca pública, devido seu lema ter sido responsável pela ideologia de liberdade e igualdade entre todos os indivíduos, servindo, portanto, de suporte para o surgimento dos movimentos de massa, cuja luta passou a ter como objetivo a democratização da educação.

Por esta razão, Madalena Sofia Mitoko Wada (1985:16), afirma que ***“...a biblioteca pública surgiu como meio de aperfeiçoamento dos trabalhadores que já estavam fora do ensino formal”***, haja vista que o livro, ao mesmo tempo que passou a ser obtido de forma mais fácil, fez com que mais pessoas aprendessem tanto a ler, quanto a escrever, começando, assim, a pressionar o Estado para ter maior acesso à escolaridade.

Com base em Maria Cecília Diniz Nogueira (1983), a origem da biblioteca pública, datando de 1850, deu-se na Inglaterra, através das Revoluções Industrial e Liberal, devido nessa época, o Estado apresentar as condições econômicas, políticas e culturais já amadurecidas.

Porém, não se pode deixar de destacar a Revolução Francesa como sendo, também, responsável pela criação da biblioteca pública, devido não só ao fato de que através dela a Instrução Elementar tornou-se obrigatória e gratuita, como um direito de cada cidadão, através do lema de Igualdade, Fraternidade e Liberdade (Serrai, 1975), mas também pelo seguinte fato:

Durante o período histórico que se desenrolou essa Revolução, esta tentou abolir a idéia de que o passado pertencia apenas à classe burguesa, através das bibliotecas particulares. Por esse motivo, tais bibliotecas passaram a ser concebidas como sendo “inimigas da República”, tornando-se assim, um dos alvos automático da referida Revolução.

Em sendo assim, os livros pertencentes à essas bibliotecas foram todos confiscados e transferidos para os chamados depósitos – bibliotecas que se localizavam em Paris, Lyon, Dijon e outras localidades.

Os documentos confiscados, enquanto aguardavam seu destino é interessante ressaltar que esses depósitos em vez de serem visitados por pessoas, passaram a receber apenas o ataque da umidade, da poeira, de insetos e outras pragas, conforme destaca Manguel (1999).

Após vários questionamentos, resolveu-se dividir tal acervo em duas partes, sendo que uma seria distribuída ao exterior, enquanto que a outra parte deveria ser colocada à venda. Todavia, em decorrência dos bibliófilos franceses não possuírem a quantidade financeira exigida, a aquisição do acervo ofertado foi feita pelos ingleses e alemães, beneficiando-se, sobremaneira, com tal situação.

Quanto aos documentos que não se conseguiu nem vender, nem distribuir, como destino, foram encaminhados às bibliotecas públicas para que ficassem à disposição de todos os cidadãos.

Contudo, com base em Simone Balayé¹, citada por Manguel (1999), observa-se que

“Durante a primeira metade do século XIX, as horas de acesso a essas bibliothèques publiques eram restritas, havia exigências quanto à maneira de trajar de seus freqüentadores – e os livros preciosos novamente acumularam poeira nas estantes, esquecidos e fechados” (272).

O que justifica a não utilização dessas bibliotecas pelo público, liga-se ao fato de que estas foram resultantes da imposição do estado em reunir os livros que refletiam as necessidades dos seus antigos donos – classe burguesa –, não sendo, portanto, condizentes com a realidade e expectativa do público em geral – proletariado –, tornando-se, assim, um elemento estranho aos cidadãos e, como tal, passaram a ser rejeitadas, uma vez que representavam uma biblioteca para a comunidade e não da comunidade.

Por esta razão, somente as bibliotecas que surgiram na segunda metade do século XIX, nos países anglo-saxônicos, podem ser consideradas como sendo as primeiras bibliotecas verdadeiramente públicas, uma vez que foram criadas a partir das reivindicações do povo, ou seja, em conformidade com suas necessidades, cujas atividades voltavam-se para a comunidade em geral.

Isso implica dizer que essas bibliotecas se voltaram não só ao público real – grupo social que, efetivamente, faz uso da biblioteca – e potencial – grupo social que poderá vir a se tornar em efetivo –, mas também ao não-público – grupo social que jamais se tornará efetivo, nem mesmo potencial –, conforme expõe Victor Flusser (1980).

¹ BALAYÉ, Simone. *La bibliothèque nationale des origines à 1800*. Genebra: [s.n.], 1988.

Em sendo assim sendo, para que as bibliotecas públicas atinjam verdadeiramente o caráter público, deverá romper o isolamento do não-público², cuja cultura corresponde a cultura do silêncio, sem o direito de se expressar ou expressar o mundo, criar ou recriar algo livremente.

Entretanto, para que tal isolamento seja rompido, essas bibliotecas necessitam desenvolver, de forma qualitativa, algumas funções básicas, funções estas que as caracterizarão, de fato, como públicas, passando assim, a serem um instrumento libertador e não continuar portando-se como um instrumento alienador, como salienta Waldomiro de Castro Santos Vergueiro (1990).

AS FUNÇÕES BÁSICAS DA BIBLIOTECA PÚBLICA

Para que uma biblioteca torne-se verdadeiramente pública, faz-se necessário assumir as seguintes funções: educativa, cultural, recreativa e informacional.

Antes de descrever essa categorização, é interessante salientar que, na prática, as funções acima destacadas encontram-se inter-relacionadas, não sendo possível trabalhá-las isoladamente.

Porém, como nossa intenção liga-se à exposição dessas funções de forma didática, visou-se apresentá-las separadamente para que o processo de compreensão ocorra com maior qualidade.

No que se refere à educação, Susana P. M. Muller (1984) afirma que a função educacional não deve ser entendida como sendo a mesma da escola ou da educação de massa, pois a biblioteca deve visar o benefício da sociedade através da prática de leitura, sem ganhar grandes abrangências, ou seja, apenas estimular o uso dos livros.

Contudo, junto à evolução histórica dos papéis e objetivos atribuídos às bibliotecas, observa-se que, inicialmente, sobretudo ao final do

² Entendido com sendo o grupo de cidadãos marginalizados, ou seja, o público infantil, analfabeto, recluso, livre, hospitalizado, deficiente físico e visual, etc.

século XIX, a missão básica da biblioteca era a educação. Daí a razão de afirmar que a origem da biblioteca de caráter público correspondeu, eminentemente, à função educacional, haja vista que esse tipo de biblioteca nasceu a partir das reivindicações da população em obter um maior acesso à educação (Nogueira, 1986).

De acordo com Walkíria Toledo de Araújo (1985), a biblioteca pública, desde seus primórdios até os dias atuais, constitui-se em uma instituição educativa por excelência. Todavia, não deve oferecer seus serviços apenas aos públicos real e potencial, bem como voltar-se unicamente à educação formal – entendida como sendo a pesquisa escolar.

Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que a função educativa desenvolvida pela biblioteca pública deve ser entendida como sendo as atividades que servirão, exclusivamente, como complemento, suporte e apoio à educação formal, sem, contudo, deixar de atender à educação não-formal³ e a informal³.

Isso implica dizer que a biblioteca pública deveria se preocupar não só com o público estudantil, devido o fato de que, atualmente, 90% dos usuários freqüentadores da biblioteca são constituídos por alunos, sobretudo, dos níveis fundamental e médio, como destaca Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (1997), mas também com o público potencial e, sobretudo, o não-público.

Para isso, necessitar-se-ia modificar os objetivos da biblioteca, alterando-se sua postura, suas atitudes e atividades para abranger a comunidade em geral, isto é, o público alfabetizado, o neo-alfabetizado e o não-alfabetizado.

³ Para Ana Maria Cardoso de Andrade (1979), a educação não-formal é vista como sendo aquela desenvolvida em entidades ou instituições, com métodos tradicionais, com métodos tradicionais de aula, por está desvinculada do sistema regular, voltando-se para a educação de adultos, treinamento profissional e outros, enquanto que a educação informal passa a ser sinônimo de educação contínua, porém, sem vínculo a nenhuma instituição sob a forma de cursos de formação esporádica.

Lamentavelmente, até hoje, os próprios bibliotecários desconhecem a extensão dessa função, excluindo desta forma, a classe marginalizada da população, haja vista que não fazem nada em favor dessas pessoas, devido se voltarem apenas para a parcela da população que sabe fazer uso da biblioteca.

Contudo, no que tange ao descaso para com a classe marginalizada, pode-se dizer que este está associado à formação que tais bibliotecários tiveram, pois durante seus cursos de graduação foram preparados para trabalharem como agentes de informação técnico-científica apenas para os pesquisadores, estudantes, especialistas, professores e administradores (Martins, 1982; Lima, 1982).

A parte cultural é denominada a segunda função básica da biblioteca pública, sendo que esta foi incorporada somente na primeira metade do século XX.

Na prática, a função cultural é pouco desenvolvida, pois esta confunde-se com o caráter erudito, de superioridade, não estando, portanto, disponível ao público em geral.

Porém, o desenrolar dessa função deve ser entendida como sendo todo e qualquer tipo de manifestação artística oferecida à comunidade, dando, segundo Ana Maria Cardoso de Andrade e Maria Helena de Andrade Magalhães (1979), aos indivíduos a oportunidade

“de contato, participação, apreciação das artes, proporcionando ambiente agradável, estimulando e agindo, tanto quanto possível, como contra-peso à cultura comercialmente orientada de nossos dias” (55).

Isso implica dizer que a biblioteca poderia oferecer desde uma programação de música clássica, ópera, ballet, até algumas sessões de cinema, vídeo e TV, abrangendo, também, um acervo de literatura em

nível variado, palestras, debates, exposições, conferências, concertos, cursos e tudo o mais que se possa imaginar em favor da cultura.

É interessante salientar que não é pretensão da biblioteca pública ocupar o espaço dos museus, galerias de artes ou instituições afins, nem mesmo servir como influenciador de opiniões. Todavia, pelo fato de se continuar concebendo a cultura como algo que leva apenas ao refinamento, acaba deixando de lado a incultura, a ignorância e a rudeza.

A função recreativa ou de lazer, embora tenha sido criada na mesma época que o processo cultural, é vista como sendo a que mais vem perdendo espaço junto aos meios de comunicação, uma vez que a mídia relega o hábito de leitura para segundo plano.

Com o intuito de promover o gosto pela boa leitura, a partir do detrenimento, a função recreativa visa atender a uma importante necessidade social, que é o equilíbrio psíquico.

Em sendo assim, a finalidade dessa função corresponde ao oferecimento de uma leitura descompromissada e de livre escolha para proporcionar ao público que a procura o relaxamento e/ou recreação do indivíduo, cuja rotina encontra-se inserida nas pressões exercidas pela vida moderna, como destacam Andrade e Magalhães (1979).

Isso não implica dizer que essa função proporcionará à biblioteca um estado de desordem, pelo contrário, através da aparente leitura descompromissada, esta poderá tornar-se indispensável para a comunidade que, apriori, irá procurá-la apenas para a obtenção de uma leitura que desperte a imaginação, ficção, criatividade ou, simplesmente, prazer estético, a fim de obter uma forma de evasão e de compensação.

Progressivamente, esse mesmo público que solicitava apenas a leitura descompromissada, começará a se interessar pelos demais

gêneros literários existentes no acervo da biblioteca, podendo a vir se tornar um usuário real.

O grande problema que isso aconteça, liga-se ao processo de seleção do material que será colocado à disposição do público, pois

“...não se pode pretender que as pessoas acostumadas a outras formas de entretenimento se transformem repentinamente em leitores, e muito menos que se possa dirigir o seu gosto literário” (Andrade e Magalhães, 1979:57).

É válido ressaltar que, durante a prática dessa função o público infantil não pode ser esquecido, uma vez que a biblioteca deve desempenhar o papel complementar junto à família e escola, necessitando, para isso, de um local reservado às crianças, contendo livros, jogos, brinquedos e gibis apropriados para cada faixa etária, TV e vídeo, palco para representações, a fim de despertar o raciocínio, coordenação motora e, sobretudo, o gosto pela leitura.

Por fim, destaca-se a função informacional, cuja origem deu-se a partir da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente, após os anos 50. Inicialmente, essa função foi implantada nos Centros Referenciais dos Estados Unidos, sendo em seguida, difundida à Inglaterra.

Para se manter como uma instituição relevante à comunidade, a biblioteca percebeu que deveria fornecer a informação de forma cada vez mais confiável, rápida e, principalmente, com qualidade.

É válido ressaltar que a função informacional foi resultante não só da finalidade de encontrar um meio de se manter importante, necessária e imprescindível à comunidade, mas também devido sua própria existência encontrar-se ameaçada, em decorrência da falta de verbas.

Durante o desempenho dessa função, os serviços que a biblioteca deveria oferecer ao público em geral, liga-se à informação que corresponde à necessidade das pessoas que a solicitam, tornando-se,

portanto, de vital importância para a comunidade, mesmo que tal solicitação seja uma informação do cotidiano, conhecida como utilitária.

Por esse tipo de informação, entende-se como sendo aquela que não se encontra apenas no suporte tradicional, sobretudo no livro, pois

“A ênfase portanto, do trabalho do bibliotecário deve estar voltada para a disseminação das informações e não para promover, exclusivamente, o acesso dos usuários ao suporte dessas informações. Até hoje o profissional da área não assumiu nem percebeu o papel que deve desempenhar para a sociedade” (Almeida Jr., 1997:56).

Desenvolver essa função implica na prestação de serviço junto à informação que visa satisfazer as necessidades imediatas da comunidade, não estando, por sua vez, localizada nos documentos existentes na biblioteca, já que se volta para as questões de esclarecimentos diversos, endereços de pessoas ou instituições, indicação de emprego, pontos turísticos, preços de hotéis, etc. (Nogueira, 1983; Vergueiro, 1988).

Diante do exposto, é interessante resgatar que as quatro funções descritas não caminham isoladamente, pelo contrário, encontram-se interligadas entre si, bem como não são exclusivas, uma vez que somente através da união entre elas é que a biblioteca poderá tornar-se uma instituição verdadeiramente pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por biblioteca pública, entende-se como sendo aquela que visa oferecer seus serviços à comunidade em geral, voltando-se, portanto, ao público alfabetizado, neo-alfabetizado e não-alfabetizado, independente de sua cor, raça, sexo, faixa etária e classe social.

De acordo com a historiografia, a origem da biblioteca verdadeiramente pública, deu-se nos países anglo-saxônicos, a partir da

Segunda metade do século XIX, devido refletirem as necessidades do povo, haja vista que foram resultantes das suas reivindicações, em favor da democratização da educação.

Com base em Livia Marques Carvalho (1991), observa-se que, apesar das bibliotecas que se localizaram nos Estados Unidos terem sido criadas, praticamente, na mesma época que as bibliotecas da Inglaterra, estas atuaram em um outro contexto, em relação àquelas, já que para a realidade americana, a função educativa correspondeu à oferta de oportunidade aos homens de forma igualitária – democratização da educação –, enquanto que na inglesa serviu apenas para a manutenção da ordem.

No que diz respeito às práticas das bibliotecas públicas brasileiras, pode-se observar que, desde seu início, apresentaram um caráter elitista – conservando o bem público biblioteca apenas à pequena parcela que pode e sabe utilizá-la –, fechando, desta forma, suas portas a quem realmente precisavam delas, isto é, o não-público.

Em sendo assim, apesar de defenderem o caráter público, negligenciam sua função pública, pois não se voltam para a comunidade em geral – que não se identifica com o ato de ler –, não sendo reconhecida, portanto, pelos cidadãos que a cercam, causando conflitos nos papéis a serem desempenhados, uma vez que ela se reserva ao direito de cumprir suas funções de forma a não responder aos interesses da população em geral, não acompanhando, assim, as transformações sociais.

Com efeito, para transformar cidadãos críticos, a partir do hábito de leitura, ao cumprir as quatro funções básicas – educacional, cultural, recreativa e informacional –, a biblioteca pública passa a desempenhar verdadeiramente seu papel público, haja vista que visará atender às

demandas coletivas, colocando-se como um espaço para contestação e desnudamento dos interesses ideológicos, local adequado para fortalecer dinamicamente as transformações sociais, sendo capaz de contribuir para as alterações no âmbito das sociedades que, através do conhecimento, desvelam o mundo e buscam a qualidade de vida para todos os que nelas vivem.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas*. Londrina: UEL, 1997. 171p.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de. Objetivos e funções da biblioteca pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.8, n.1, p. 48-59, mar.1979.

_____, MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. Objetivos e funções da biblioteca pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.14, n.1, p.106-122, mar.1985.

ARAÚJO, Walkíria Toledo de. A biblioteca pública e o compromisso social do bibliotecário. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.14, n.1, p. 106-22, mar.1985.

CARVALHO, Livia Marques. Biblioteca, instituição preservadora da cultura dominante? *Inf. Soc.*, João Pessoa, v.1, n.1, p.33-43, 1991.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.9, n.2, p. 131-138, set.1980.

FONSECA, Edson Nery da. *Introdução à Biblioteconomia*. São Paulo: Pioneira, c1992. 153p.

GOMES, Sônia de Conti. Biblioteca e sociedade: uma abordagem sociológica. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.11, n.1, p.14-21, mar.1982.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Tradução: Pedro Maia Soares. 4. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 405p.

MILENESI, Luiz. *O que é biblioteca*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 107p.

MULLER, Susana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.13, n.1, p. 7-54, mar.1984.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. Biblioteca pública: a ambivalência de seu papel. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.15, n.2, p. 222-248, set.1986.

_____. A realidade da biblioteca pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.12, n.2, p. 205-212, set.1983.

OLIVEIRA, José Teixeira. *A fascinante história do livro: Grécia e Roma*. Belo Horizonte: Villa Rica, 1993. V.4.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.4, n.2, p. 141-161, set.1975.

TAYLOR, Mitsi Westphal. *Bibliotecas públicas em sociedades periféricas*: propostas para um modelo à luz da teoria da delimitação dos sistemas sociais. Florianópolis: UFSC, 1986. (Dissertação, Mestrado em Administração).

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.16, n.2, p.207-215, jul./dez.1988.

WADA, Madalena Sofia Mitoko. *Democratização da cultura nas bibliotecas infante-juvenis*. Belo Horizonte: UFMG, 1985. (Dissertação, Mestrado em Biblioteconomia).